

**SÍNODO SOBRE A
SINODALIDADE
ETAPA CONTINENTAL
CONTRIBUIÇÃO DA CEAMA E
REPAM**



Introdução

A Igreja na Amazônia participou na primeira etapa do processo do Sínodo sobre a Sinodalidade (2021-2024), através da contribuição de suas Igrejas locais. Elas foram integradas à síntese elaborada pelas Conferências Episcopais Nacionais das contribuições das demais Igrejas de seus respectivos países.

Na etapa Continental, além da participação das Igrejas locais da Amazônia nas reuniões da Região Andina e do Cone Sul organizadas pelo CELAM, a CEAMA e a REPAM, também querem oferecer sua contribuição à Igreja Universal e Continental, com base numa visão geral da rica experiência vivida no processo do Sínodo da Amazônia, da vida das Igrejas da região registrada no processo de escuta, bem como dos três documentos do Sínodo – o Instrumento de Trabalho (IT), o Documento Final (FD) e a Exortação *Querida Amazônia* (QAm). Relacionados ao Documento para a Etapa Continental do Sínodo (DEC), derivamos três olhares que formam uma contribuição específica e sui generis da Amazônia para a Igreja: 1) Intuições e experiências novas; 2) Tensões e questionamentos; 3) Prioridades e apelos à ação.

Da Amazônia irrompe um grito que chega a todo o Planeta, pois “*tudo está interligado*” (LS 91). Na realidade, a Amazônia é mais que uma região, é um paradigma, “pois uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nas discussões sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o grito da terra quanto o grito dos pobres” (DF 66). É um paradigma que questiona e desafia novas posições e comportamentos, com dois imperativos principais: o cuidado pela Casa Comum como dimensão da vida e da ação evangelizadora, e o respeito e a aceitação dos povos nativos, de seus territórios e de suas culturas como interlocutores e sujeitos de uma evangelização inculturada.

As intuições e novas experiências, as tensões e questionamentos, e as prioridades e apelos à ação¹ que a REPAM e a CEAMA desejam compartilhar com a Igreja universal estão agrupados em torno de 7 grandes desafios que a Igreja na região está comprometida em tornar realidade através duma evangelização integral.

1. Conversão da Igreja e saída às periferias

A “conversão pastoral da Igreja” proposta por São Domingos, retomada por Aparecida e assumida pelo magistério do Papa Francisco, particularmente na *Evangelii Gaudium*, foi uma categoria estruturante do processo do Sínodo da Amazônia. O Documento Final fala do imperativo de uma “conversão integral”, que se desdobra numa conversão pastoral, cultural, ecológica e sinodal.

a) *Intuições e experiências novas*: o longo caminho sinodal de escuta do Povo de Deus na Igreja da Amazônia mostrou a urgência de abrir “novos caminhos” (FD 1) de presença, evangelização e diálogo intercultural (FD 3). O DF afirma que “escutar o grito da terra e o grito dos pobres e dos povos da Amazônia (indígenas, afro-descendentes/quilombolas, ribeirinhos, migrantes, camponeses, etc.) com os quais caminhamos, requer uma verdadeira conversão integral, com uma vida simples e sóbria, alimentada por uma espiritualidade

¹ Interrogações o Documento para a Etapa Continental:

1. “Depois de ter lido o DEC em ambiente de oração, quais intuições ecoam, de modo mais intenso, com as experiências e as realidades concretas da Igreja do vosso continente? Quais as experiências vos aparecem novas ou iluminadoras?”.
2. “Depois de ter lido o DEC e fazer uma pausa em oração, quais tensões ou divergências substanciais surgem como particularmente importantes na perspectiva do vosso continente? Consequentemente, quais são as questões ou interrogações que deveriam ser enfrentadas e tomadas em consideração nas próximas fases do processo?”.
3. “Olhando para aquilo que emerge das duas perguntas precedentes, quais são as prioridades, os temas recorrentes e os apelos à ação que podem ser partilhados com outras Igrejas locais no mundo e discutidos durante a Primeira Sessão da Assembleia sinodal em outubro de 2023?”

mística no estilo de São Francisco de Assis, um exemplo de conversão integral” (DF 17).

b) *Tensões e questionamento*: Diante da demanda por uma conversão integral, a grande dificuldade é livrar-se da acomodação (DAp 362) para poder ser uma “Igreja em saída”. Permanecer arraigado em modelos do passado, a vigência da “pastoral de conservação” (Med 6.1), o clericalismo e o peso de estruturas caducas, tudo isso apoiado pelo medo de seguir adiante e de criar o novo que nos permitirá a conversão. Uma grande questão e que gera tensões é se a renovação do Concílio Vaticano II, que coloca a Igreja num processo de reforma contínua (UR 8), é uma batalha perdida ou se, com o magistério do Papa Francisco e o atual processo sinodal, é uma esperança renovada.

c) *Prioridades e chamados à ação*: a “conversão pastoral da Igreja”, segundo São Domingos, implica a conversão no nível da consciência da Igreja, das ações, das relações de igualdade, de autoridade e das estruturas. Para a Igreja na Amazônia, a conversão integral implica permitir que todas as conseqüências do encontro com Jesus Cristo surjam nas relações com o mundo ao seu redor” (LS 217); uma conversão pessoal, comunitária e institucional, que nos compromete a nos relacionarmos harmoniosamente com a obra criadora de Deus, que é a “casa comum”; uma conversão que promove a criação de estruturas em harmonia com os cuidados da criação; uma conversão pastoral baseada na sinodalidade, que reconhece a interação de toda a criação (DF 18). Uma conversão que nos leva a uma Igreja em saída, que defende os pobres e se desdobra em dimensões interligadas para motivar a presença nas periferias existenciais, sociais e geográficas (DF 19). Segundo o Sínodo da Amazônia, “a defesa e a promoção dos direitos humanos não é apenas um dever político ou uma tarefa social, mas também e sobretudo uma exigência de fé” (DF 70). Como diz o Documento para a etapa Continental, “se a Igreja não é sinodal, ninguém

pode realmente se sentir em casa” (DEC 24). A conversão mais radical é uma Igreja que defende a justiça e os pobres (DAP 395), que se move para as periferias e escuta os marginalizados, incluindo as comunidades LBGTQI+, dando espaço e voz na Igreja e na sociedade, pois a novidade vem das margens, dos pequenos.

2. Igrejas locais com rosto e coração próprios, encarnadas na realidade de seus povos

O processo sinodal na Amazônia ouviu o grito de seus povos por uma Igreja de rosto amazônico, encarnada e configurada em suas culturas, sujeita a uma evangelização inculturada e ao diálogo intercultural (DF 41), com implicações no campo da educação, da saúde, e mais concretamente, nos processos de formação, na celebração da fé, no perfil dos ministérios e nas estruturas da Igreja. Isto implica superar todo tipo de mentalidades e práticas colonizadoras, historicamente marcadas pela ganância e violência física ou simbólica: “somente uma Igreja missionária inserida e inculturada pode provocar a emergência de Igrejas locais indígenas, com rosto e coração amazônicos, enraizados nas culturas e tradições dos próprios povos, unidos na mesma fé em Jesus Cristo e diferentes em seu modo de viver, se expressar e celebrar” (DF 42). A Igreja “rejeita uma evangelização de estilo colonial”, porque “anunciar a Boa Nova implica reconhecer as sementes do Verbo já presentes nas culturas” e gerar “processos de interculturalidade, que promovem a vida da Igreja com identidade e rosto amazônicos” (DF 55). Este é “um elemento essencial da sinodalidade, que ainda precisa ser aprofundado e melhor compreendido. É o chamado a uma abordagem intercultural mais determinada”, que “começa por caminhar junto com outras pessoas, apreciando as diferenças culturais e entendendo-as como fatores de crescimento” (DEC 53).

a) *Intuições e experiências novas*: Tanto o Sínodo da Amazônia quanto o atual processo sinodal, seguindo um itinerário indutivo, ou seja, a partir de baixo, tornaram as comunidades eclesiais verdadeiros sujeitos eclesiais, fortalecendo as Igrejas locais com seu rosto próprio, bem como seus organismos em nível nacional e continental, tais como as Conferências Episcopais. Durante o processo sinodal, os povos originários “expressaram claramente que querem que a Igreja os acompanhe, caminhe ao seu lado e não lhes imponha um modo particular de ser, um modo específico de desenvolvimento que tem pouco a ver com suas culturas, tradições e espiritualidades” (FD 74).

b) *Tensões e questionamentos*: Para poder avançar na configuração das Igrejas com rosto próprio e poder responder aos desafios específicos de seu contexto, sente-se na Amazônia a necessidade de maior autonomia e diversificação das Igrejas locais e de seus órgãos representativos, como as Conferências Episcopais. A reforma da Cúria Romana foi um passo importante nessa direção, mas ainda não teve consequências concretas para as Igrejas locais e seus organismos.

c) *Prioridades e apelos à ação*: Implementar uma maior inculturação da fé e da Igreja, especialmente das Igrejas locais, como está se tornando realidade no pós-Sínodo da Amazônia, para que elas adquiram cada vez mais um rosto próprio e uma configuração institucional encarnada em seu contexto. Isto implica mudanças na estrutura da Igreja a partir do nível local. Digno de nota são a “teologia indígena, teologia com rosto amazônico e piedade popular”, que “já são uma riqueza do mundo indígena, da sua cultura e espiritualidade”. O Sínodo da Amazônia pede às universidades católicas que contribuam para esta perspectiva (FD 63). Uma dessas iniciativas em andamento, recomendada pelo Sínodo e pela Exortação papal “*Querida Amazônia*” é a criação dum *Rito Amazônico*, com a inculturação da celebração da fé, dos ministérios e das estruturas da Igreja.

É necessário superar a mentalidade colonizadora (QAm 17). Ao mesmo tempo, a reforma da Cúria Romana implica também a redefinição do status das Conferências Episcopais, com especial atenção à sua maior autonomia e papel magisterial.

3. Igreja toda ministerial e inclusiva, em especial das mulheres

Uma das tarefas pendentes da renovação do Concílio Vaticano II em relação à configuração da Igreja é passar do binômio clero-leigos ao binômio comunidade-ministérios. A Igreja é formada por uma única classe de cristãos – os batizados, dos quais fluem todos os ministérios, inclusive os ordenados. O Papa Francisco, na “*Querida Amazônia*”, fala da necessidade de implementar na Igreja “uma cultura marcadamente laical” (QAm, 84), para superar o clericalismo ainda vigente e favorecer “uma presença capilar e protagonista dos leigos na Igreja” (QAm, 94). Uma Igreja com rosto amazônico ou uma Igreja indígena requer a presença estável de homens e mulheres leigos responsáveis, maduros e com autoridade (QAm, 94).

a) *Intuições e experiências novas*: No processo sinodal amazônico ficou claro que, para passar das visitas pastorais a uma presença mais permanente nas comunidades (FD, 40), é necessário tornar realidade a implantação de uma Igreja plenamente ministerial, pois em grande parte a vida da Igreja ainda está centralizada no sacerdote e na paróquia. Com o objetivo de fortalecer ainda mais as comunidades eclesiais em nível paroquial, na medida em que elas são em grande parte dirigidas por mulheres, o Sínodo da Amazônia propôs a criação de um ministério estabelecido de “mulheres líderes comunitárias” (FD, 102). Da mesma forma, o Documento para a Etapa Continental do Sínodo afirma que o reconhecimento dos serviços e carismas das mulheres “é um ponto crítico sobre o qual existe uma consciência crescente” (DEC, 60), apesar da

predominância de uma cultura eclesial marcada pelo patriarcalismo ou machismo. Para que a Igreja seja um povo profético, sacerdotal e real, é necessário reavivar a vocação batismal e encorajar a participação de todos na vida da Igreja, tanto nos processos de escuta, como nos de discernimento e tomada de decisões. Sem comunhão e participação, não há corresponsabilidade de todos na missão.

b) *Tensões e questionamentos*: Uma Igreja configurada no binômio clero-leigos gera clericalismo, o que impede uma Igreja em comunhão e participação de todos na missão. Associado ao clericalismo está o patriarcalismo, que exclui as mulheres do discernimento e dos processos decisórios. A exortação apostólica “Querida Amazônia” reconhece que “numa Igreja sinodal, as mulheres, que já têm um papel central nas comunidades amazônicas, precisam ter acesso às funções e serviços eclesiais”, permitindo-lhes “expressar melhor seu legítimo lugar na Igreja”. Tais serviços “implicam estabilidade, reconhecimento público e referência por parte do bispo”. Desta forma, as mulheres terão “uma influência real e efetiva na organização da Igreja”, bem como na tomada de decisões e na coordenação das comunidades (QAm, 103). O Documento Final do Sínodo da Amazônia registra que, no processo de escuta, “em um número elevado foi solicitado o diaconato permanente para as mulheres” e que o “tema também esteve muito presente no Sínodo”. Ele alude que já em 2016, o Papa Francisco havia criado uma “Comissão de Estudo sobre o Diaconato da Mulher”. A questão não foi objeto de uma decisão no Sínodo, mas o Papa disse que continuaria a estudar esta possibilidade (DF, 103). Ao lado do reconhecimento das mulheres, há a necessidade da criação de ministérios fora da Igreja, já que a missão dos cristãos, acima de tudo, está no mundo. Infelizmente, os poucos ministérios existentes ainda são todos para dentro da Igreja, o que também dificulta a ruptura com uma Igreja auto-referencial.

É urgente multiplicar o número de ministérios, tanto dentro como fora da Igreja, especialmente para os leigos.

c) *Prioridades e apelos à ação*: Uma tarefa urgente e desafiadora para superar o clericalismo é a implementação de “uma cultura eclesial marcadamente laical” (QAm, 84). Para uma Igreja que seja toda ministerial, é necessário criar e instituir novos ministérios, especialmente para as mulheres, para que elas tenham “participação efetiva no discernimento e na tomada de decisões” (FD, 92). A exortação “Querida Amazônia” enfatiza que a situação amazônica “não pode deixar-nos indiferentes, exigindo uma resposta específica e corajosa por parte da Igreja”, o que implica, no contexto da inculturação, “encarnar os ministérios e a própria organização da Igreja” (QAm, 85), pois “a forma de configurar a vida e o exercício do ministério do sacerdote na Igreja não é monolítica” (Qm, 87). E como “é urgente garantir que os povos da Amazônia não sejam privados do alimento da nova vida e do sacramento do perdão [...] nas circunstâncias específicas da Amazônia, especialmente em suas selvas e lugares mais remotos, é necessário encontrar formas de garantir o ministério sacerdotal” (QAm, 89). Neste sentido, a Assembléia Sinodal aprovou “a ordenação sacerdotal de homens idôneos, reconhecidos pela comunidade, que tenham um diaconato permanente frutífero e recebam uma formação adequada, e que tenham uma família legitimamente constituída e estável” (FD, 111). E para uma Igreja encarnada em seu contexto, é necessário repensar o perfil dos ministérios, especialmente dos ministros ordenados, para que exerçam seu ministério “dentro” da comunidade e não “acima” dela. Também é urgente repensar a formação dos ministérios em geral, especialmente de futuros sacerdotes, em estreita relação com os processos pastorais e a vida do povo ao qual eles servirão, ou seja, “na interculturalidade, na inculturação e nos diálogos entre espiritualidades e cosmovisões amazônicas” (FD, 98). A

criação de escolas de formação para ministérios é também uma iniciativa urgente e necessária.

4. Igreja sinodal ancorada em estruturas de comunhão

A sinodalidade supera uma concepção hierárquica da Igreja e torna obsoletos todos os tipos de estruturas que impedem a participação efetiva de todos os batizados. Do batismo flui uma “corresponsabilidade e participação de todo o povo de Deus na vida e missão da Igreja” (FD, 87). A conversão pastoral da Igreja implica a conversão de estruturas verticalistas e discriminatórias em organismos inclusivos, que fomentam relações de igualdade e corresponsabilidade. O processo de escuta do Documento para a Etapa Continental também salienta “a persistência de obstáculos estruturais como estruturas hierárquicas que favorecem tendências autocráticas; uma cultura clerical e individualista que isola indivíduos e fragmenta as relações entre sacerdotes e leigos; disparidades socioculturais e econômicas que beneficiam os ricos e educados; assim como a ausência de espaços ‘intermediários’ que favoreçam encontros entre membros de grupos que se encontram divididos” (DEC 33).

a) *Intuições e experiências novas*: No processo sinodal, tanto no Sínodo da Amazônia como na Primeira Assembléia Eclesial da Igreja na América Latina e no Caribe, adquirimos uma maior consciência do que significa a sinodalidade. Observamos que a superação do clericalismo pelo protagonismo dos leigos na evangelização e sua incorporação nos processos de escuta, discernimento e tomada de decisões requer o funcionamento efetivo das estruturas de comunhão. Entre elas, duas são fundamentais: a Assembléia e o Conselho Pastoral em todas as áreas da Igreja. Só existe corresponsabilidade e sinodalidade entre todos os batizados quando as comunidades eclesiais são objeto de evangelização. O exercício da sinodalidade implica, portanto, descentralização, respeitando “processos locais, sem

enfraquecer o vínculo com outras Igrejas irmãs e com a Igreja universal”. As estruturas de comunhão, tais como assembléias e conselhos, “estabelecem uma sincronia entre comunhão e participação, entre corresponsabilidade e ministério de todos”, tornando possível “a participação efetiva dos leigos no discernimento e na tomada de decisões” (FD, 92).

b) *Tensões e questionamentos*: Apesar da renovação do Vaticano II e da rica caminhada da Igreja no continente desde Medellín, sua vida continua centrada na paróquia tradicional e no pároco, que são fatores que estrangulam uma Igreja sinodal. Na Amazônia, o fato de que a maioria das comunidades eclesiais, particularmente as Comunidades Eclesiais de Base, são coordenadas por mulheres, questiona o monopólio do poder dos ministros ordenados. O centralismo do clero é uma forma de proceder que contradiz a renovação conciliar, que coloca o poder na Igreja na corresponsabilidade de todos os batizados. Entre os leigos, os jovens (DF, 86) e as mulheres são particularmente subestimados. Por esta razão, o Sínodo propôs “uma Igreja que acolhe e caminha com os jovens, especialmente nas periferias”, porque eles “querem ser protagonistas e a Igreja quer reconhecer seu espaço” (FD, 33). Neste particular, o Documento para a Etapa Continental afirma que “há uma preocupação generalizada sobre a escassa presença da voz dos jovens no processo sinodal, assim como sobre sua crescente ausência na vida da Igreja. Uma atenção renovada aos jovens, sua formação e acompanhamento são urgentemente necessários” (DEC, 35). A Igreja na Amazônia “precisa que suas comunidades estejam imbuídas de um espírito sinodal, sustentado por estruturas organizativas em consonância com esta dinâmica, como autênticos organismos de comunhão” (FD, 92). Nesta perspectiva, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) deram uma contribuição significativa, não sem mal-entendidos e tensões com outros modelos de Igreja, e continuam

a ser um ponto de referência para uma Igreja em comunhão e participação, para a missão.

c) *Prioridades e apelos à ação*: Em consonância com o Concílio Vaticano II, a exortação “*Querida Amazônia*” e a Constituição “*Praedicate Evangelium*” afirmam que o poder na Igreja, que é um poder-serviço, se baseia no Batismo, na corresponsabilidade de todos os batizados, e não no sacramento da Ordem. É por isso que o Papa Francisco fala da necessária implementação de “uma cultura eclesial marcadamente laical” (QAm, 84). As estruturas de comunhão como as Assembleias e Conselhos Pastorais, órgãos representativos de todo o Povo de Deus e que são opcionais no Direito Canônico, precisam ser obrigatórias em todas as esferas eclesiais, o que implica numa revisão do Código. E esses órgãos devem prever a presença e a participação efetiva, em particular, das mulheres e dos jovens. O Sínodo da Amazônia afirma que é fundamental para o exercício da sinodalidade “ampliar os espaços para uma presença feminina mais incisiva”, através da sua “participação ativa na comunidade eclesial” (FD, 99). Portanto, é necessário “que a Igreja assuma com maior força o protagonismo das mulheres e que as reconheça e promova, fortalecendo sua participação nos conselhos pastorais das paróquias e dioceses, inclusive nos órgãos de governo” (DF, 101).

5. Sinodalização das Conferências Episcopais

Em coerência com a eclesiologia do Concílio Vaticano II, que coloca a colegialidade episcopal dentro da sinodalidade eclesial, o Sínodo dos Bispos não é mais um sínodo de bispos, mas um sínodo da Igreja. No entanto, as Conferências Episcopais mostram um déficit no exercício da sinodalidade, na medida em que tendem a privilegiar a participação do Povo de Deus apenas na escuta e no discernimento, em detrimento de sua participação na tomada de decisões. O Documento do Sínodo para a Etapa

Continental recolhe do processo de escuta que “as Conferências Episcopais, mesmo em sua colegialidade e liberdade de decisão, livres de qualquer tipo de pressão, devem incluir em suas discussões e reuniões, em nome da sinodalidade, representantes do clero e leigos das diversas dioceses” (DEC, 75). Se o Povo de Deus não for sujeito na tomada de decisões, não haverá sinodalidade. E se o Povo de Deus não é constitutivo de um órgão que toma decisões para a Igreja como um todo, este órgão também não é sinodal.

a) *Intuições e experiências novas:* O processo sinodal, ao envolver o bispo junto com seu povo no processo de escuta desde a fase local, passando pelas Conferências Episcopais em nível nacional e continental, colocou a colegialidade episcopal dentro da sinodalidade eclesial, sem negar o papel específico do bispo nem dos órgãos que exercem a colegialidade numa região. O ministério episcopal está situado dentro do Povo de Deus e não acima dele, como um caminho e uma missão, da mesma forma que os organismos de exercício da colegialidade episcopal, tais como as Conferências Episcopais.

b) *Tensões e questionamentos:* O atual processo sinodal, bem como a rica experiência do Sínodo da Amazônia e da Primeira Assembléia Eclesial da Igreja na América Latina e no Caribe mostraram a necessidade duma maior “sinodalização” dos órgãos representativos da Igreja em nível nacional e continental, seja através duma escuta permanente das comunidades eclesiais, integrando representantes do Povo de Deus como um todo em sua composição ou constituição. Sem isso, os processos de escuta e discernimento, fruto duma participação aberta a todos dentro da comunidade eclesial, correm o risco de serem interrompidos se chegarem aos órgãos de decisão compostos exclusivamente por bispos, como as Conferências Episcopais. Como o Sínodo dos Bispos, que mesmo em sua Assembléia Geral não é mais constituído exclusivamente por bispos, mas se tornou um Sínodo da Igreja, as decisões em nível

diocesano, nacional e continental não podem ser limitadas aos órgãos constituídos exclusivamente por bispos. O Documento para a Etapa Continental reafirma ser necessário que as Conferências Episcopais vejam “como articular a sinodalidade eclesial e a colegialidade episcopal, bem como reflitam sobre como melhorar a harmonia entre as formas ordinárias de exercício do ministério episcopal e a assunção dum estilo plenamente sinodal, ponto sobre o qual algumas sínteses expressam uma certa dificuldade” (DEC, 76).

c) *Prioridades e apelos à ação:* É urgente tornar efetiva a participação de todos os batizados, incluindo os povos nativos e comunidades locais (indígenas, camponeses, quilombolas, afrodescendentes, ribeirinhos), especialmente mulheres e jovens, não apenas nos processos de escuta e discernimento, mas também nos processos decisórios, em nível diocesano, nacional e continental. O conseqüente imperativo para uma maior “sinodalização” das Conferências Episcopais, tanto em nível nacional como continental, tem na realização da Primeira Assembléia da Igreja na América Latina e Caribe, bem como na recém-criada Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA), um caminho muito promissor. A Primeira Assembléia Eclesial foi uma Assembléia do Povo de Deus na escuta, no discernimento e na tomada de decisões. Por sua vez, a CEAMA é uma conferência “eclesial”, composta por representantes do Povo de Deus – os leigos, a vida consagrada e os ministros ordenados, bem como dos povos originários. A inserção da colegialidade episcopal no seio da sinodalidade eclesial implica, portanto, uma reformulação dos estatutos das Conferências Episcopais, bem como ajustes ao Código de Direito Canônico, que ainda deixa em aberto a prerrogativa do bispo diocesano ser o único legislador em sua Igreja local, concentrando a tomada de decisões em si mesmo.

6. Ecologia integral como dimensão essencial da evangelização

A crise climática colocou os cuidados da Casa Comum no centro da projeção dum futuro que assegure a viabilidade da vida humana e de seus ecossistemas. Os povos da Amazônia (indígenas, afrodescendentes/quilombolas, ribeirinhos, migrantes, camponeses, etc.) vivem em harmonia com a natureza, que é um modelo para a humanidade e um horizonte para uma evangelização que integra a ecologia integral como uma dimensão essencial e transversal. Ao contrário do pensamento ocidental, que tende a ser fragmentado em sua compreensão da realidade, “o pensamento dos povos indígenas oferece uma visão integradora da realidade, capaz de compreender as múltiplas conexões entre tudo o que foi criado” (FD, 44). Se reconhece que a Igreja tem muito a “aprender de nossos irmãos e irmãs dos povos originários” (FD, 65). Eles “sabem como cuidar da Amazônia, como amá-la e protegê-la; o que eles precisam é que a Igreja os apoie” (DF, 74).

a) *Intuições e experiências novas:* Como resultado da escuta dos povos amazônicos, o Sínodo da Amazônia conscientizou as Igrejas locais sobre a relação intrínseca que os povos nativos estabelecem entre Deus-povo-natureza em seus territórios. Isto contribuiu para tornar o cuidado com a Casa Comum uma dimensão de ação evangelizadora, conforme registrado no documento final da Primeira Assembléia Eclesial da Igreja na América Latina e no Caribe. A Ecologia, como novo paradigma para entender o ser humano em sua inter-relação com a natureza, situa a evangelização na interconexão de todas as esferas da vida humana e da Criação, expressão do compromisso dos cristãos com uma evangelização integral e integradora. É nesta perspectiva que o Sínodo da Amazônia definiu “o pecado ecológico como uma ação ou omissão contra Deus, contra o próximo, a comunidade e o meio ambiente”. É um pecado contra as gerações futuras que se manifesta em atos e

hábitos de poluição e destruição da harmonia do meio ambiente, transgressões contra os princípios da interdependência e ruptura das redes de solidariedade entre as criaturas e contra a virtude da justiça” (FD, 82). Adverte que “a ecologia integral não é apenas mais um caminho que a Igreja pode escolher para o futuro neste território; ela é o único caminho possível” (DF, 67). O imperativo do respeito aos direitos da natureza também é apontado (FD 74, 84).

b) *Tensões e questionamentos*: Diante da atual crise climática, é injustificável a fraca sensibilidade ecológica dos meios de comunicação eclesiais, o silêncio e a omissão dos cristãos e da sociedade civil diante duma economia que destrói a natureza e coloca em risco a vida humana e seus ecossistemas. O Sínodo da Amazônia adverte que, por exemplo, “está cientificamente provado que o desaparecimento do bioma Amazônico terá um impacto catastrófico sobre o planeta como um todo” (FD, 2). Há grupos de cristãos que separam o ser humano da natureza e se opõem ao compromisso da Igreja com os problemas ambientais, seja porque negam a existência duma crise ecológica, seja porque pensam que ela está sendo usada para combater o sistema capitalista liberal que defendem e afirmando que ela extrapola a ação evangelizadora. Ao contrário, porém, “a salvação integral da pessoa humana” implica “valorizar a cultura dos povos indígenas, falar de suas necessidades vitais, acompanhá-los em suas lutas por seus direitos” (FD, 48). A construção duma sociedade que assegure a viabilidade da vida no Planeta implica uma Igreja que escuta e é pastoralmente coerente com o grito da Terra e o grito dos pobres, sendo uma Igreja profética. O Sínodo da Amazônia destacou que “muitas atividades extrativistas, como a mineração em larga escala, particularmente a mineração ilegal, diminuem substancialmente o valor da vida amazônica. Com efeito, elas tiram a vida do povo e os bens comuns da Terra, concentrando o poder econômico e político nas mãos de uns poucos” (FD, 72).

c) *Prioridades e apelos à ação*: O Sínodo da Amazônia fez surgir o clamor por uma contribuição da Igreja para programas de formação ecológica junto com as Igrejas locais, assim como a colaboração dos cristãos com movimentos populares e organizações da sociedade civil para a defesa e o cuidado da Casa Comum. A Igreja na Amazônia tem liderado o caminho no acompanhamento dos povos indígenas para expressar sua voz em organismos internacionais, tais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Fórum Mundial dos Povos Indígenas da ONU e a OEA para defender seus direitos. A sabedoria do modo de vida dos povos indígenas em seus territórios nos impulsiona a um novo sistema social, espiritual e cultural que favorece as relações fraternas e valoriza diferentes culturas e ecossistemas (QAm, 22). Ouvindo as vozes das Igrejas irmãs, é imperativo “abraçar uma espiritualidade de ecologia integral a fim de promover o cuidado com a criação” (FD, 81). É uma espiritualidade cósmica, ligada às fontes da vida, à ancestralidade, na perspectiva do Evangelho da Criação, que ajuda a enfrentar um mundo mercantilista, que coisifica o ser humano e depreda a natureza, pondo em risco a vida e seus ecossistemas. Uma evangelização integral implica um compromisso com uma ecologia integral, que se traduz na introdução do cuidado da Casa Comum e no cuidado pastoral orgânico e holístico, com programas de ações específicas na perspectiva duma ecologia integral. O Sínodo da Amazônia propôs a criação de ministérios especiais para o cuidado da “Casa Comum” e “a promoção da ecologia integral em nível paroquial e em cada jurisdição eclesiástica, cujas funções incluem, entre outras, o cuidado do território e da água, bem como a implementação da Encíclica Laudato Si” (FD, 83).

7. Igreja companheira de caminhada de toda a humanidade

No Sínodo da Amazônia, a Igreja propôs ser “companheira” de viagem dos povos nativos (FD, 33) ou “aliada dos povos amazônicos” (FD, 46), “uma Igreja que acolhe e caminha com os jovens, especialmente nas periferias” (FD, 33). Em *Fratelli Tutti*, o Papa Francisco desafia a Igreja a ser uma companheira na caminhada de toda a humanidade. Uma Igreja sinodal em alcance missionário é uma instituição aberta, presente como hóspede nas fronteiras, numa atitude de diálogo e de serviço dentro duma sociedade pluralista. O Documento para a Etapa Continental reconhece que “alargar a tenda requer acolher os outros na Igreja, abrindo espaço para sua diversidade; implica a vontade de morrer por amor, encontrando-se em e através do relacionamento com Cristo e com o próximo” (DEC, 28). O diálogo sincero e respeitoso é a ponte para a construção do Reino de Deus, que tem no “bem viver” uma feliz sobriedade (*sumak kawsay*) dos povos originários, um horizonte convergente com as bem-aventuranças (FD, 25). Para deixar para trás qualquer postura colonizadora, é necessário cultivar sem desarraigar, crescer sem enfraquecer a identidade, promover sem invadir (QAm, 28). É necessário amar as raízes e cuidar delas (QAm, 33).

a) *Intuições e experiências novas*: Os processos de escuta, vividos no processo do Sínodo Amazônico na Primeira Assembléia Eclesial e no Sínodo sobre a Sinodalidade, ajudaram as comunidades eclesiais a se descentralizarem de si mesmas, a se abrirem para aqueles que são diferentes e a se enriquecerem com as diferenças; em suma, a caminharem para a superação duma Igreja autorreferencial e a se sintonizar com as grandes causas da humanidade, que são as causas do Evangelho de Jesus Cristo. Para isso, é importante que os povos da Amazônia (indígenas, afro-descendentes/quilombolas, ribeirinhos, migrantes, camponeses, etc.) encontrem formas de comunhão e de luta conjunta. Os demais são chamados a

participar como convidados, a aprender com eles, a ouvi-los, a pedir permissão para apresentar nossas propostas (QAm, 26). É necessário que a Igreja acompanhe a humanidade em suas crises, em suas situações de pobreza, seja um apoio na reivindicação de seus direitos e promova ações para a transformação duma sociedade mais humana e justa.

b) *Tensões e questionamentos*: Em contraste com o Vaticano II, que abriu a Igreja ao mundo, numa postura de diálogo e serviço e ao processo de que “a sinodalidade é um chamado de Deus para caminhar junto com toda a família humana” (DEC, 43), hoje na Igreja existem grupos eclesiais tradicionalistas com uma postura apologética em relação ao mundo, que se opõem abertamente à renovação do Concílio e do magistério do Papa Francisco, o que nos leva a nos perguntarmos até que ponto o Concílio é conhecido e aceito. A formação dos futuros sacerdotes precisa ser revista. Em Aparecida se afirma que “nos faltou a audácia, a persistência e a docilidade à graça para levar adiante a renovação iniciada pelo Concílio Vaticano II e promovida pelas Conferências Gerais anteriores, a fim de garantir o rosto latino-americano e caribenho de nossa Igreja” (DAp, 100h). A prova disso, diz o Documento, são “algumas tentativas de retornar a uma eclesiologia e espiritualidade anteriores à renovação do Vaticano II” (DAp, 100b).

c) *Prioridades e apelos à ação*: Retomar com maior determinação e eficácia a renovação do Vaticano II, seja através de programas de formação para os leigos, incluindo catequistas, vida consagrada e clero, sem esquecer os diáconos permanentes, seja através dum ministério pastoral como um todo que promova processos de evangelização capazes de situar a Igreja no coração da sociedade pluralista, numa atitude de diálogo e serviço. O Documento para a Etapa Continental afirma que, “para que as estruturas funcionem de forma verdadeiramente sinodal, elas devem ser constituídas por pessoas devidamente formadas, em termos de visão e

competência” (DEC, 72). Sem medo, precisamos sentar em uma mesa comum, um lugar de diálogo, a partir de nossas raízes culturais, onde a diferença, que é uma fronteira, num diálogo intercultural possa converter-se em ponte. No encontro de pessoas diferentes, as diferenças enriquecem e o isolamento empobrece. Diversidade não é sinônimo de ameaça (QAm, 37), pois existe uma necessidade urgente duma Igreja que seja “moradia espaçosa, mas não homogênea, capaz de abrigar a todos, mas aberta e que deixa entrar e sair (cf. Jo 10, 9), caminhando para um abraço com o Pai e com todos os outros membros da humanidade” (DEC, 27).

Traduzido pelo Irmão Hugo Bruno Mombach, com apoio da versão gratuita do tradutor www.DeepL.com/Translator